

2020
10ª edição

atualizado com:
**PACOTE
ANTICRIME**

Manual de **Processo**
PENAL
André Nicolitt

Atualizado com *Pacote Anticrime* e
Lei de abuso de autoridade





Belo Horizonte | **São Paulo**
 Av. Brasil, 1843, | Av. Paulista, 2444,
 Savassi, Belo Horizonte, MG | 8º andar, cj 82
 Tel.: 31 32612801 | Bela Vista – São Paulo, SP
 CEP 30140-007 | CEP 01310-933

WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Copyright © 2018, D'Plácido Editora.
 Copyright © 2018, André Nicolitt.

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios,
 sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

Editor Chefe Plácido Araes
Editor Tales Leon de Marco
Produtora Editorial Bárbara Rodrigues
Capa, projeto gráfico Nathalia Torres
Diagramação Letícia Robini

Catálogo na Publicação (CIP)

Nicolitt, André
 N644 Manual de Processo Penal / André Nicolitt - 10. ed. - Belo Horizonte, São Paulo : D'Plácido,
 2020.
 1216 p.
 ISBN 978-65-5589-000-6
 1. Direito. 2. Direito Processual Penal. I. Título.

1174577

CDDir: 341.43

Biblioteca responsável: Fernanda Gomes de Souza CRB-6/2472

GRUPO
D'PLÁCIDO



*
Rodapé



SUMÁRIO

NOTA INTRODUTÓRIA À 10ª EDIÇÃO	29
NOTA INTRODUTÓRIA À 9ª EDIÇÃO: Comemorativa de 10 anos	31
NOTA INTRODUTÓRIA À 8ª EDIÇÃO	33
NOTA INTRODUTÓRIA À 7ª EDIÇÃO	35
NOTA INTRODUTÓRIA À 6ª EDIÇÃO	37
NOTA INTRODUTÓRIA À 5ª EDIÇÃO	39
NOTA INTRODUTÓRIA À 4ª EDIÇÃO	41
NOTA INTRODUTÓRIA À 1ª EDIÇÃO	43
PREFÁCIO DA 9ª EDIÇÃO: Comemorativa de 10 anos	45
PREFÁCIO	47
PRÓLOGO: Aspectos processuais do Pacto Anticrime	49
1. Das liminares (Min. Toffoli e Min. Fux) do STF	50
2. Sistema acusatório: Valoração da Prova e Dissonância Cognitiva	52
3. A introdução do Juiz das garantias: art. 3º-A ao art. 3º-F	60
a) Sistema processual penal acusatório	60
b) Noções conceituais do Juiz das Garantias	63
c) Competência do Juiz das Garantias	63
d) Recebimento da denúncia ou queixa	65
e) Acautelamento dos autos que compõem a investigação na secretaria do juízo das garantias e a não vinculação do juiz da instrução e julgamento	66
f) Não abrangência da competência do juiz das garantias	66
g) Imagem do Preso	67
4. Arquivamento do IP e demais peças de informação: novo art. 28 do CPP	67
Arquivamento implícito	70
Arquivamento Indireto	71

5. Prova ilícita e a descontaminação do julgado – Lei nº 13.964/19.....	71
<i>O que significa “conhecer do conteúdo da prova declarada inadmissível”?</i>	77
<i>O juiz, após “conhecer” do conteúdo da prova, ainda poderá proferir decisões interlocutórias e presidir a instrução, ficando impedido apenas para a sentença, ou ficará impedido desde logo?</i>	77
6. Audiência de custódia.....	79
1. ORDENAMENTO JURÍDICO PROCESSUAL PENAL: INTERPRETAÇÃO E APLICAÇÃO NO TEMPO E NO ESPAÇO	83
1.1. Interpretação da lei processual penal: interpretação prospectiva e aplicação imediata dos direitos fundamentais.....	84
1.2. Classificação da hermenêutica.....	85
1.3. Lei processual penal no espaço.....	87
1.4. Lei processual penal no tempo.....	87
1.5. Leis penais processuais mistas (ou híbridas).....	88
1.6. Resumos esquemáticos.....	90
2. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS SOBRE JURISDIÇÃO, AÇÃO E PROCESSO	93
2.1. É possível falar em uma teoria geral do processo?.....	93
2.2. Jurisdição.....	96
2.2.1. A jurisdição no quadro atual do direito: neoconstitucionalismo e garantismo.....	96
2.2.1.1. Constitucionalismo principialista.....	98
2.2.1.2. Constitucionalismo garantista (ou juspositivista reforçado).....	99
2.2.1.3. As críticas lançadas ao neoconstitucionalismo.....	100
2.2.1.4. Nossa posição: processo penal, garantismo e neoconstitucionalismo.....	101
a) <i>Superação do positivismo</i>	101
b) <i>Conexão direito e moral</i>	101
c) <i>A técnica de ponderação</i>	102
d) <i>Ativismo judicial</i>	102
2.2.1.5. Apontamentos introdutórios à teoria do garantismo.....	104
2.2.1.6. Garantismo Penal: Sistema Garantista SG.....	107
2.2.2. Escopo da jurisdição.....	108
a) <i>Teoria do conflito e teoria da atuação do direito</i>	108
b) <i>Jurisdição com escopo de satisfazer pretensões (Jaime Guasp)</i>	109
2.2.3. Pretensão e lide.....	109
2.2.4. Jurisdição como função realizadora dos valores constitucionais.....	110
2.2.5. Características.....	110
2.2.6. Princípio da jurisdição.....	111
2.2.7. Notas sobre teoria da justiça.....	112
2.2.7.1. Teoria da Jurisdição e Teoria da Justiça.....	112
2.2.7.2. O que é justiça?.....	113
2.2.7.3. A fórmula <i>sum</i>	115
2.2.7.4. A Justiça em Platão.....	116
2.2.7.5. Justiça em Aristóteles.....	117
2.2.7.6. Justiça em Hobbes.....	119
2.2.7.7. Justiça em Kant.....	120
2.2.7.8. Justiça em Kelsen.....	121
2.2.7.9. Justiça: nossas conclusões.....	122
2.3. Ação.....	125

a) <i>Teorias imanentistas do direito de ação</i>	125
b) <i>Teoria autônoma e concreta do direito de ação</i>	125
c) <i>Teoria autônoma e abstrata do direito de ação</i>	125
2.3.1. Teoria da ação de Liebman	126
2.3.2. Conceito e natureza jurídica da ação e a ação penal como dever jurídico	126
2.3.3. Condições para o regular exercício do direito de ação	127
2.4. Processo	129
2.4.1. Processo como contrato e quase contrato	129
2.4.2. Processo como relação jurídica X processo como situação jurídica	129
2.4.3. Processo como instituição	130
2.4.4. Processo como categoria autônoma	130
2.4.5. Processo como garantia fundamental (nossa posição)	131
2.4.6. Processo penal: conceito	133
2.5. Nota introdutória à teoria geral dos direitos fundamentais	134
2.5.1. Questão conceitual: direitos fundamentais, direitos do homem e direitos humanos	135
2.5.1.1. Definição de direitos fundamentais para fins didáticos	136
2.5.2. História e dimensões dos direitos fundamentais	136
2.5.2.1. Direitos de Primeira Geração	141
2.5.2.2. Direitos de Segunda Geração	142
2.5.2.3. Direitos de Terceira Geração	143
2.5.2.4. Direitos de Quarta Geração	144
2.5.3. Direitos Fundamentais na Constituição da República Federativa do Brasil (1988)	144
2.5.4. Sistema aberto de direitos fundamentais (abertura material dos direitos fundamentais)	145
2.5.5. Direitos Fundamentais e suas restrições (o problema dos limites)	149
2.5.5.1. Requisitos das leis restritivas	153
2.5.5.2. Proteção do conteúdo essencial	155
2.5.5.3. Leis harmonizadoras e conformadoras	156
2.5.6. Eficácia e aplicabilidade dos direitos fundamentais	157
2.5.6.1. Eficácia vertical e eficácia horizontal dos direitos fundamentais	158
2.6. Resumos esquemáticos	159
3. DESENHO CONSTITUCIONAL DO PROCESSO PENAL BRASILEIRO	165
3.1. Princípios constitucionais do processo penal	167
3.1.1. Princípios: conceito e classificações	168
3.2. Princípio da dignidade da pessoa humana	168
3.3. Devido processo legal	171
3.3.1. Apontamentos históricos	171
3.3.2. Evolução do conteúdo do princípio	172
3.3.3. O devido processo legal - O direito ao processo justo	173
3.4. Princípio do acesso à justiça e sua tridimensionalidade	175
3.5. O princípio do juiz natural	176
3.6. Princípio da igualdade - Paridade de armas	177
3.7. Princípios do contraditório, da ampla defesa, da plenitude de defesa, da assistência judiciária e do duplo grau de jurisdição	182
3.7.1. Contraditório	182
3.7.2. Ampla defesa	183
3.7.3. Plenitude de defesa	185
3.7.4. Assistência judiciária	185
3.7.5. Princípio do duplo grau de jurisdição	185
<i>Nossa posição</i>	<i>186</i>

3.8. Princípio da publicidade e da motivação	188
3.8.1. Publicidade opressiva	188
3.8.2. Motivação	192
3.9. Princípio da duração razoável do processo	194
3.9.1. Duração razoável do processo: apontamentos históricos, conceito e natureza jurídica	194
3.9.2. Teoria do prazo fixo X teoria do não prazo	195
3.9.3. Como medir a duração razoável do processo? Critério do TEDH	198
3.9.4. Consequência pelo descumprimento do prazo razoável	202
3.9.5. As soluções compensatórias no processo penal	203
3.9.6. Duração razoável e prisão cautelar	205
3.10. Princípio da presunção de inocência e sua axiologia tridimensional	206
3.10.1. Apontamento histórico sobre a presunção de inocência	206
3.10.2. Presunção de inocência ou de não culpabilidade?	207
3.10.3. As três dimensões	208
3.10.3.1. Regra de tratamento	208
3.10.3.2. Regra de julgamento	209
<i>Presunção de Inocência - in dubio pro reo - favor rei: há diferenças?</i>	209
<i>Favor rei.</i>	210
<i>In dubio pro reo.</i>	210
3.10.3.3. Regra de garantia	210
3.10.3.4. Da eficácia irradiante da presunção de inocência	211
3.11. Princípio da inadmissibilidade das provas ilícitas	212
3.12. Princípio da reserva de jurisdição	212
<i>Nossa posição</i>	218
3.12.1. Reserva de Jurisdição, WhatsApp e Smartphone	220
3.13. Direito a não autoincriminação: <i>nemo tenetur se detegere</i>	221
3.14. <i>Ne bis in idem</i>	223
3.15. Outros aspectos relevantes do processo penal na Constituição	226
3.16. Resumos esquemáticos	227

4. PERSECUÇÃO PENAL (INVESTIGAÇÃO CRIMINAL) 231

4.1. Investigação criminal	231
4.1.1. Polícia Judiciária	231
4.2. Investigação criminal: quem pode investigar?	234
4.2.1. Investigação pela polícia	234
4.2.2. Investigação pelo Ministério Público	234
4.2.2.1. Nossa posição e a posição do STF	238
<i>Nossa posição</i>	238
<i>Posição do STF</i>	239
<i>Conclusões a partir da decisão do STF.</i>	240
<i>a) Subsidiariedade e excepcionalidade</i>	240
<i>b) Formalidades da investigação (forma como garantia)</i>	242
<i>c) Marco legal da investigação direta pelo MP.</i>	244
4.2.3. Investigação pelas CPIs	247
4.2.4. Investigação pelos Tribunais	248
4.2.5. Peças de informação e detetive particular	248
4.3. Inquérito policial: natureza jurídica, finalidade e conceito	249
4.3.1. Características	250
<i>a) Inquisitorial</i>	250

a. 1) <i>Investigação criminal e Lei 13.245/2016</i>	251
b) <i>Informativo</i>	253
b. 1) <i>Nossa posição sobre o inquérito e o Tribunal do Júri</i>	254
c) <i>Sigiloso (sigilo interno parcial respeitando a garantia de acesso pelo defensor)</i>	255
d) <i>Escrito</i>	258
e) <i>Indisponível</i>	258
f) <i>Dispensável ou prescindível</i>	258
g) <i>Sistemático</i>	259
h) <i>Unidirecional (abandonamos esta característica - novo entendimento)</i>	259
4.3.2. <i>Vícios, formalidades e caráter informativo</i>	260
4.3.3. <i>Instauração</i>	262
4.3.3.1. <i>Dos atos formais de instauração</i>	262
4.3.3.2. <i>Notícia do crime</i>	264
4.3.3.3. <i>VPIs (Verificação da Preliminar de Inquérito)</i>	264
4.3.3.4. <i>Instauração do inquérito e as espécies de ação penal</i>	265
4.3.3.5. <i>Recurso ao chefe de polícia</i>	267
4.3.3.6. <i>Instauração por requisição</i>	267
4.3.4. <i>Indiciamento</i>	268
<i>Conceito</i>	269
<i>Momento</i>	269
<i>Atribuição</i>	270
<i>Efeitos do Indiciamento</i>	271
<i>Indiciamento e Lavagem de Dinheiro</i>	272
4.3.5. <i>Desenvolvimento do inquérito policial</i>	274
4.3.5.1. <i>Deslocamento ao local, apreensão de objetos, buscas domiciliares e poder de requisição (Lei 13.344/2016)</i>	274
<i>Nossa posição</i>	277
4.3.5.2. <i>Oitiva do Ofendido, Oitiva do indiciado e produção antecipada de prova</i>	281
<i>Oitiva do ofendido</i>	281
<i>Oitiva do indiciado</i>	281
<i>Produção antecipada de prova e depoimento especial</i>	283
4.3.5.3. <i>A identificação do indiciado</i>	285
4.3.5.4. <i>Incomunicabilidade do preso</i>	285
1.ª <i>Corrente: revogação do art. 21 do CPP</i>	285
2.ª <i>Corrente: recepção do art. 21 do CPP</i>	285
<i>Nossa posição</i>	286
4.3.5.5. <i>Condução Coercitiva</i>	286
<i>Natureza Jurídica e Espécies</i>	286
<i>Condução coercitiva do acusado ou indiciado</i>	287
<i>Condução coercitiva como medida cautelar autônoma</i>	288
<i>Síntese das correntes</i>	290
<i>Nossa posição</i>	291
<i>Posição do STF nas ADPFs 395 e 444</i>	292
<i>Da condução de testemunhas, do ofendido e de peritos</i>	292
<i>Condução coercitiva e reserva de jurisdição</i>	293
4.3.5.6. <i>Delação (Colaboração) Premiada</i>	295
4.3.5.6.1. <i>Delação e Prisão</i>	296
4.3.5.6.2. <i>Acordo semântico: Delação, colaboração e cooperação</i>	297
4.3.5.6.3. <i>Delação Premiada: natureza jurídica</i>	299

4.3.5.6.4. Deleção Premiada: Espécies.....	303
4.3.5.6.5. Sujeitos envolvidos na Delação.....	304
<i>Atores do acordo de colaboração premiada</i>	305
<i>Delator e seu defensor</i>	305
<i>Ministério Público e Delegado de Polícia</i>	307
<i>Corréus</i>	308
<i>Juiz</i>	309
4.3.5.6.6. Delação premiada como meio de obtenção de prova.....	311
4.3.5.6.7. Regime da Delação na Lei 12.850/2013.....	314
<i>Perdão e aplicação do art. 28 do CPP</i>	316
<i>Do não oferecimento da denúncia pelo MP</i>	317
<i>Procedimento</i>	320
<i>Da retratação</i>	320
<i>Contraditório</i>	324
<i>Aspectos formais</i>	325
<i>Rescisão</i>	326
4.3.6. Encerramento do inquérito.....	326
4.3.6.1. Conclusão.....	326
4.3.6.2. Dos prazos.....	327
4.3.6.2.1. Prazo do Inquérito, indiciado preso e Lei nº 12.403/2011.....	327
4.3.6.2.2. Prazo do Inquérito e réu solto: constitucionalidade do § 3.º do art. 10 do CPP.....	329
<i>Nossa posição</i>	329
4.3.7. Baixa para diligências imprescindíveis.....	330
4.3.8. Arquivamento.....	331
4.3.8.1. Natureza do arquivamento.....	332
4.3.8.2. O controle sobre o arquivamento do inquérito policial e a inconstitucionalidade do art. 28 do CPP.....	333
4.3.8.3. Arquivamento implícito.....	335
4.3.8.4. Arquivamento indireto.....	337
4.3.9. Desarquivamento.....	339
4.3.9.1. Novas provas.....	339
4.3.10. Inquérito policial e legislação especial.....	340
4.3.11. Investigação defensiva.....	341
<i>Nossa análise crítica</i>	342
4.4. Acordo de não persecução penal.....	344
<i>Natureza Jurídica e seus reflexos (Questões Controvertidas)</i>	350
<i>Direito subjetivo do indivíduo</i>	350
<i>Ação penal sui generis (nossa posição)</i>	351
<i>Da discordância do juiz com os termos do acordo</i>	353
<i>Da recusa do MP em propor o acordo (§ 14)</i>	354
<i>Juiz competente para homologar</i>	356
<i>Perspectiva 1 – Com juiz das garantias</i>	356
<i>Perspectiva 2 – sem juiz das garantias (o que está em vigor)</i>	357
<i>Audiência de custódia</i>	357
<i>O acordo de não persecução penal na ação penal privada</i>	358
<i>Condição de rescindibilidade do acordo</i>	359
<i>Extinção da Punibilidade</i>	359
<i>Acordo de não persecução cível</i>	360
4.5. Resumos esquemáticos.....	361

5. AÇÃO PENAL	373
5.1. Ação penal: conceito e natureza jurídica	373
5.2. Condições para o regular exercício do direito de ação	374
5.2.1. Legitimidade	375
5.2.2. Interesse de agir	377
5.2.2.1. Inconstitucionalidade da parte final do § 1.º do art. 110 do CP	378
5.2.3. Possibilidade jurídica da demanda	381
5.2.4. Originalidade	383
5.2.5. Justa causa	385
5.3. Classificação	386
5.3.1. Ação penal pública	386
5.3.1.1. Ação penal pública condicionada: as condições específicas de procedibilidade	386
5.3.1.2. Da representação do ofendido	387
5.3.1.3. Ação penal: parlamentares e chefes de governo	388
5.3.2. Da ação penal de iniciativa privada	389
5.3.2.1. Ação penal de iniciativa privada: classificação	390
a) <i>Ação penal exclusiva ou propriamente dita</i>	390
a1) <i>Ação penal privada exclusiva comum</i>	390
a2) <i>Ação penal privada personalíssima</i>	390
a3) <i>Ação penal privada condicionada</i>	390
b) <i>Ação penal privada subsidiária da pública</i>	391
5.3.2.2. Ação privada e os institutos da substituição e da sucessão processual	391
5.4. Princípios que regem a ação penal pública	392
5.4.1. Princípio da obrigatoriedade e indisponibilidade	392
5.4.2. Princípios da oficialidade e da indivisibilidade	393
5.4.3. Princípio da intranscendência	395
5.5. Princípios que regem a ação penal privada	395
5.5.1. Princípios da oportunidade, da disponibilidade e da indivisibilidade	395
5.6. Denúncia, queixa e aditamento	396
5.6.1. Denúncia	396
5.6.1.1. Denúncia genérica e imputação alternativa	397
a) <i>Denúncia genérica</i>	398
b) <i>Imputação alternativa</i>	399
5.6.1.2. Qualificação do acusado, classificação do crime e rol de testemunhas	401
5.6.1.3. Outras exigências formais	402
5.6.2. Queixa	402
5.6.3. Aditamento: conceito e classificação	403
a) <i>Aditamento próprio</i>	403
b) <i>Aditamento impróprio</i>	404
5.6.3.1. Aditamento da denúncia	404
5.6.3.2. Aditamento da queixa	406
<i>Nossa posição</i>	408
5.7. Prazos para denúncia e para o exercício do direito de queixa	409
5.7.1. Prazo para a denúncia	409
5.7.2. Prazo para a queixa	411
5.8. Direito de queixa e adolescente casado ou emancipado	412
5.9. Ação penal nos crimes contra a dignidade sexual	413
5.9.1. Antigo regramento da ação penal nos crimes contra os costumes	414
5.9.2. As antigas hipóteses do § 1.º, art. 225 do CP: vítima pobre e abuso do pátrio poder	416
<i>Nossa posição até então</i>	417

5.9.3. Regramento a partir da Lei 12.015/09: ação penal nos crimes contra a dignidade sexual e a controvérsia em razão da qualificadora.....	419
<i>Nossa posição até então</i>	420
5.9.4. Questões intertemporais atinentes à Lei 12.015/09.....	421
5.9.5. Panorama a partir da Lei 13.718/2018.....	422
5.9-A. Ação Penal no Crime de Estelionato (Lei 13964/2019).....	423
5.10. Ação penal nos crimes contra a honra de funcionário público.....	424
5.11. Extinção da punibilidade.....	425
5.11.1. Prescrição, decadência e perempção.....	425
a) <i>Prescrição</i>	425
b) <i>Decadência</i>	426
c) <i>Perempção e desistência</i>	427
5.11.2. Renúncia ao direito de queixa.....	430
5.11.3. Perdão do ofendido.....	430
5.11.4. Renúncia e retratação ao direito de representação.....	431
5.12. Ação penal e sentença: princípio da correlação.....	431
5.12.1. <i>Emendatio libelli e mutatio libelli</i> : distinção.....	432
5.12.2. A dinâmica da emendatio e da mutatio no CPP e na doutrina tradicional.....	434
5.12.3. Nossa leitura crítica dos institutos.....	435
5.12.3.1. <i>Emendatio libelli</i> e seu momento processual.....	435
5.12.3.2. <i>A mutatio libelli</i> : juiz acusador e juiz que provoca a acusação. Inconstitucionalidades.....	437
5.12.3.3. Aditamento e aplicação do art. 28 do CPP.....	438
5.12.3.4. Superveniente alteração de legitimidade.....	440
5.12.3.5. Aditamento e sistema recursal.....	440
5.13. Ação civil <i>ex delicto</i>	441
5.13.1. Ação civil: questões controvertidas.....	443
a) <i>Legitimidade do Ministério Público para ajuizar reparação civil de vítima pobre</i>	444
b) <i>Fixação do valor mínimo da reparação do dano</i>	444
5.13.2. Composição civil dos danos.....	445
5.14. Resumos esquemáticos.....	446
6. JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA.....	471
6.1. Jurisdição.....	471
6.2. Competência e os princípios que lhes são aplicáveis.....	471
a) <i>Princípio do Juiz Natural</i>	472
b) <i>Princípio da indisponibilidade e da tipicidade de competência</i>	472
6.3. Estrutura do Poder Judiciário no Brasil: competências recursal e originária.....	473
6.3.1. Classificação: Justiças Comum e Especializada; Justiças Federal e Estadual.....	476
6.4. Da fixação da competência.....	479
6.4.1. Da fixação da competência de justiça.....	479
6.4.1.1. Competência da Justiça Federal.....	479
6.4.1.2. Competência das Justiças Militar Federal e Militar Estadual.....	481
6.4.1.3. Competência da Justiça Eleitoral.....	486
6.4.1.4. Da competência da Justiça do Trabalho para julgar <i>habeas corpus</i>	489
6.4.1.5. Competência da Justiça Estadual (comum).....	490
6.4.2. Competência de foro (competência territorial).....	490
6.4.3. Competência do juízo.....	493
6.5. Incompetências absoluta e relativa: efeitos.....	494
<i>Nossa posição</i>	495

6.6. Competência por prerrogativa de função	496
<i>Restrição a prerrogativa de foro imposta pelo STF – AP 937</i>	497
<i>Nossa posição</i>	499
6.6.1. Foro por prerrogativa e cessação do exercício da função (art. 84, § 1.º, CPP)	500
6.6.2. Foro por prerrogativa e ação de improbidade (art. 84, § 2.º, CPP)	501
6.6.3. Concurso aparente de normas constitucionais sobre competência	503
6.6.3.1. Foro por prerrogativa do Prefeito Municipal: crimes eleitorais e crimes de competência da Justiça Federal	504
6.6.3.2. Prerrogativa de função e Tribunal do Júri	505
6.6.4. Foro por prerrogativa e exceção da verdade	506
6.6.5. Prerrogativa de função nas Constituições dos Estados	508
6.7. Causas de modificação da competência: conexão, continência e desaforamento	510
a) <i>Conexão intersubjetiva</i>	511
b) <i>Conexão lógica ou teleológica</i>	511
c) <i>Conexão instrumental ou probatória</i>	511
6.7.1. Foro prevalente	512
6.7.2. Separação dos processos	513
6.7.3. Separação dos processos por força da Constituição e os reflexos na competência dos Juizados Especiais Criminais	515
6.7.3.1. Conexão entre júri e crime eleitoral	518
6.7.3.2. Prerrogativa de função, conexão e continência: hipóteses de separação obrigatória	519
6.7.3.3. Prerrogativa de função, conexão, continência e duplo grau de jurisdição	521
6.7.4. Do desaforamento	525
6.8. Conexão e uniformização dos julgados	526
6.9. <i>A perpetuatio jurisdictionis</i> e sua exceção	527
6.10. Conflito de competência e conflito de atribuição	528
6.10.1. Conflito de competência	528
6.10.2. Conflito de atribuição	529
6.10.2.1. Conflito de atribuição entre membros do mesmo Ministério Público	530
6.10.2.2. Conflito de atribuição entre órgãos de Ministérios Públicos diversos	531
6.10.2.3. Conflito de Atribuição entre Ministério Público de Diversos Entes e o STF	532
6.10.3. Conflito de atribuições entre autoridades judiciárias	533
6.10.4. Incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal (art. 109, da V-A, da CF/1988)	534
6.11. Julgamento colegiado em primeiro grau – Lei 12.694/2012	537
6.12. Resumos esquemáticos	541

7. SUJEITOS PROCESSUAIS

559

7.1. O Juiz	559
7.1.1. Capacidade do Juiz	560
7.1.2. Função, poderes e deveres	561
7.1.3. Garantias e prerrogativas	562
7.1.4. Vedação	563
7.1.5. Suspeição e impedimento	563
7.2. Das partes	565
7.2.1. Ministério Público	566
7.2.1.1. O Ministério Público na estrutura do Estado	566
7.2.1.2. O Ministério Público e seus princípios institucionais	566
7.2.1.3. O Ministério Público e sua posição na ação penal pública condenatória	568
7.2.1.4. O Ministério Público na ação penal privada e na ação privada subsidiária da pública	570

7.2.1.5. Funções do Ministério Público	570
7.2.1.6. Garantias e prerrogativas do Ministério Público...	572
7.2.1.7. Impedimentos e suspeições do Ministério Público...	574
7.2.1.8. Deveres e vedações do Ministério Público.....	575
7.2.2. Do acusado	576
7.2.3. Da defesa	577
7.2.3.1. Do advogado	578
7.2.3.2. Da Defensoria Pública e seus princípios institucionais...	579
7.2.3.3. Defensoria: função, garantias, prerrogativas, deveres e vedações. .	582
a) <i>Função</i> ...	582
b) <i>Garantias e prerrogativas</i>	583
c) <i>Impedimentos e suspeições</i>	587
d) <i>Deveres e vedações</i> ...	588
7.3. Dos sujeitos secundários (ou coadjuvantes) do processo.	589
7.3.1. Dos auxiliares da justiça...	589
7.3.2. Do assistente de acusação...	589
7.3.3. Assistente da defesa	591
7.4. Resumos esquemáticos	592
8. ATOS PROCESSUAIS, PROCEDIMENTOS E QUESTÕES INCIDENTES	599
8.1. Atos processuais	599
8.1.1. Conceito e classificação	599
8.1.2. Citação	600
8.1.2.1. Citação por mandado...	601
8.1.2.2. Citação por carta.....	601
a) <i>Precatórias</i>	602
b) <i>Rogatórias e inconstitucionalidade do art. 222-A do CPP (Lei 11.900/2009)</i>	602
c) <i>Carta de ordem</i>	603
8.1.2.3. Citação do militar e do funcionário público	603
8.1.2.4. Citação do réu preso.....	604
8.1.2.5. Citação por hora certa.....	604
8.1.2.6. Citação por edital	606
8.1.2.7. Citação: revelia, suspensão do processo e do prazo prescricional....	609
a) <i>Panorama antes da reforma de 2008</i>	610
<i>Primeira corrente: a inconstitucionalidade da suspensão do prazo prescricional</i>	610
<i>Segunda corrente: a suspensão da prescrição pelo maior prazo prescricional, 20 anos</i>	610
<i>Terceira corrente: Súmula 415 do STJ – Da prescrição pelo prazo máximo da prescrição do respectivo delito</i>	610
<i>Quarta corrente: a suspensão da prescrição pelo prazo prescricional do art. 109 do CP, regido pela pena mínima abstrata do delito</i> ..	611
<i>Quinta corrente: a inexistência de limitação temporal para a suspensão do prazo prescricional – STF</i>	611
b) <i>A tentativa frustrada da reforma de 2008</i>	612
c) <i>Questão intertemporal</i>	616
d) <i>Produção antecipada de prova e prisão preventiva</i>	617
8.1.3. Intimações	618
8.1.4. Ato de algemar e Súmula Vinculante 11	619
8.2. Procedimentos	621
8.2.1. Procedimento comum	622

8.2.1.1. Procedimento comum ordinário.....	623
a) <i>Do recebimento e da rejeição da denúncia ou queixa: questões controvertidas</i>	623
b) <i>Da resposta e da absolvição sumária</i>	628
c) <i>Instrução e julgamento</i>	631
8.2.1.2. Procedimento no Tribunal do Júri.....	635
8.2.1.2.1. Da primeira fase do Júri.....	637
a) <i>Pronúncia</i>	638
b) <i>Impronúncia</i>	641
c) <i>Absolvição sumária</i>	641
d) <i>Desclassificação</i>	642
e) <i>Da preparação do julgamento em plenário</i>	642
f) <i>Do desaforamento</i>	643
g) <i>Composição do Tribunal do Júri e formação do Conselho de Sentença</i>	644
h) <i>Da reunião e das sessões do Tribunal do Júri</i>	644
i) <i>Da instrução em plenário</i>	647
i.1) <i>Perguntas pelo acusado</i>	648
i.2) <i>Leituras em plenário</i>	649
j) <i>Da instrução plenária e o inquérito policial</i>	649
k) <i>Interrogatório do acusado e uso de algemas</i>	652
l) <i>Do registro e dos debates em plenário</i>	653
m) <i>Do questionário</i>	657
<i>Quesito Genérico e Recurso</i>	660
<i>Outras hipóteses sobre os quesitos</i>	662
n) <i>Da votação dos quesitos</i>	665
o) <i>Da sentença</i>	666
p) <i>Da ata dos trabalhos e das atribuições do juiz presidente</i>	669
8.2.1.3. Procedimento sumário.....	671
8.2.1.4. Procedimento sumaríssimo - Lei 9.099/1995.....	672
8.2.1.4.1. Dos Juizados e de sua competência.....	672
8.2.1.4.2. Procedimento.....	675
8.2.1.4.3. Da fase preliminar.....	676
8.2.1.4.4. Da representação e sua controvérsia.....	678
8.2.1.4.5. Transação penal e sua natureza jurídica	680
a) <i>Transação como direito subjetivo do réu</i>	681
b) <i>Transação como poder discricionário do Ministério Público</i>	683
c) <i>A transação como ação penal sui generis (nossa posição)</i>	686
d) <i>A transação na ação penal privada</i>	691
e) <i>O descumprimento do acordo - execução</i>	692
f) <i>A posição do STF sobre descumprimento do acordo - súmula vinculante 35</i>	694
g) <i>A suspensão condicional do processo</i>	695
h) <i>Aspectos processuais e materiais do art. 89 e o juiz como diretor do processo</i>	696
8.2.1.4.6. Oferecimento da denúncia e audiência de instrução	702
8.2.2. Procedimentos especiais	703
8.2.2.1. Procedimentos especiais do Código de Processo Penal	703
a) <i>Crimes de responsabilidade dos funcionários públicos</i>	704
b) <i>Crime de calúnia e injúria</i>	704
c) <i>Crimes contra a propriedade imaterial</i>	705
8.2.2.2. Procedimentos especiais em leis extravagantes	706
8.2.2.2.1. Procedimento na Lei 11.343/2006	706
8.2.2.2.2. Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006)	707

a) A competência em razão da violência baseada no gênero	708
a1) Estupro de criança ou adolescente	710
a2) Relações homoafetivas	716
a3) Empregada doméstica	718
a4) Outras relações	718
a5) A competência para o feminicídio	718
a6) Competência para a Execução de Alimentos Decorrentes de Medida Protetiva	719
A competência do juizado de violência doméstica contra a mulher (JVD) em matéria cível e criminal e a inserção dos alimentos neste contexto	721
A competência do juízo de violência doméstica para execução dos alimentos	723
Da incompetência dos juízos de violência doméstica para execução de alimentos	724
Conflito de competência decorrentes da questão posta	727
Conclusão	729
b) Do atendimento pela autoridade policial e notificação pelo sistema de saúde pública e privada	729
c) Do procedimento e da competência	731
d) Controvérsias sobre competência e procedimento	733
e) Controvérsia sobre a representação	734
f) Violência doméstica e Suspensão Condicional do Processo	737
g) Contravenções penais e violência doméstica	738
h) As medidas protetivas de urgência e sua efetivação	738
O descumprimento das medidas protetivas de urgência e a prisão preventiva	739
A atipicidade do descumprimento (arts. 359 e 330 do CP)	741
Conclusão (nossa posição)	742
i) Medida protetiva excepcionalmente aplicada por delegado de polícia (Lei 13.827/2019)	743
i.1) Afastamento do lar por delegado de polícia e por policial	744
Posição da Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB na ADI 6138	744
i.2 Do veto parcial à Lei 23.505/2017 que previa sistemática semelhante	744
Nossa posição	745
Da impropriedade do fundamento do veto presidencial na mensagem 436/2017	746
Da não violação do domicílio	746
Privação de Liberdade	747
Da possibilidade pelo delegado e da impossibilidade da medida por agente policial	749
8.2.2.2.3. Dos Crimes de Trânsito – Controvérsias	750
a) Competência	750
b) Da investigação criminal no crime do art. 306 do CTB – O bafômetro	753
8.2.2.2.4. Lei de Lavagem de Dinheiro	755
Da inconstitucionalidade do art. 17-D (afastamento automático do servidor)	759
8.2.2.2.5. Lei 12.850/2013 (Organizações Criminosas)	762
a) Acesso aos registros, dados cadastrais, documentos e informações	763
8.3. Questões prejudiciais e processos incidentes	764
8.3.1. Questões prejudiciais	764
8.3.2. Processos incidentes	765
8.3.2.1. Das exceções	765
a) Exceção de suspeição, impedimento e incompatibilidade	765
b) Exceção de incompetência	766
c) Exceção de litispendência e coisa julgada	766
d) Exceção de ilegitimidade	768

8.3.2.2. Restituição das coisas apreendidas	768
8.3.2.3. Incidente de falsidade	769
8.3.2.4. Incidente de insanidade mental	769
8.4. Resumos esquemáticos	770
9. DA PROVA NO PROCESSO PENAL	789
9.1. A prova e a busca da verdade	789
9.2. Apontamentos sobre a Teoria Geral da Prova...	792
9.2.1. Prova: conceito, natureza jurídica, meios e objeto	792
<i>a) Conceito e natureza jurídica</i>	792
<i>b) Meios de prova e objeto de prova</i>	792
9.2.2. O ônus da prova no processo penal	793
9.2.3. Princípios aplicáveis à prova no processo penal brasileiro	796
9.2.3.1. Princípios constitucionais referentes à prova...	796
<i>a) Princípio da dignidade da pessoa humana</i>	796
<i>b) Presunção de inocência</i>	797
<i>c) Princípio da inadmissibilidade das provas ilícitas</i>	798
<i>d) Princípio do contraditório</i>	798
<i>e) Princípio da publicidade</i>	800
9.2.3.2. Princípios infraconstitucionais referentes à prova	800
<i>a) Princípio da comunhão ou aquisição</i>	800
<i>b) Princípio do livre convencimento motivado e suas exceções</i>	801
<i>c) Princípio da liberdade probatória</i>	801
<i>d) Princípio da verdade real (ou material): a quebra de um mito...</i>	801
<i>Nossa posição...</i>	802
<i>Da inexistência da verdade real...</i>	803
<i>A incompatibilidade entre imparcialidade e poderes instrutórios do juiz...</i>	804
9.2.4. Provas ilícitas: teorias sobre vedação e admissão	806
9.2.4.1. Princípio da razoabilidade e proporcionalidade	808
9.2.4.2. Proporcionalidade e provas ilícitas	809
9.2.4.3. Proporcionalidade <i>pro reo</i> ...	809
9.2.4.4. Proporcionalidade <i>pro societate</i> ...	810
<i>Nossa posição</i>	813
9.2.4.5. Prova ilícita na reforma processual de 2008	814
9.2.4.5.1. Prova ilícita por derivação (<i>fruits of the poisonous tree</i>)	815
9.2.4.5.2. Teorias da <i>independent source</i> (fonte independente) e da <i>inevitable discovery</i> (do descobrimento inevitável ou do curso hipotético de investigação)	816
9.2.4.5.3. Fontes independentes e descoberta inevitável na reforma processual de 2008 – controvérsias sobre o art. 157 do CPP	817
9.2.4.6. Vedação das provas astuciosas ou enganosas: flagrante preparado e interrogatório sub-reptício	818
9.2.4.7. Importância da Cadeia de Custódia da Prova: controle epistêmico...	820
<i>A cadeia de custódia da prova após a Lei n° 13.964/19</i>	822
9.2.5. Procedimento probatório	826
9.2.5.1. Sistemas de valoração das provas	827
9.2.5.2. Valoração da prova e resultado do processo: <i>Standards</i> de prova e Dissonância Cognitiva	831
<i>Standards de prova</i>	831
<i>Teoria da Dissonância Cognitiva e valoração da prova</i>	834
9.3. Das provas em espécie	843
9.3.1. Do interrogatório, da confissão e da delação	843

9.3.1.1. Interrogatório: natureza jurídica, conceito e características	843
9.3.1.1.1. Conceito	843
9.3.1.1.2. Natureza jurídica...	844
a) Meio de prova...	844
b) Meio de defesa ...	844
c) Natureza mista: meio de defesa e meio de prova..	844
Nossa posição	844
9.3.1.1.3. Características...	845
9.3.1.2. Interrogatório e art. 260 do CPP: leitura constitucional...	845
9.3.1.3. Procedimento do interrogatório	846
9.3.1.4. Interrogatório em estabelecimento prisional e interrogatório por videoconferência	848
a) Interrogatório em estabelecimento prisional	848
b) Interrogatório por videoconferência: Lei 11.900/2009. Inconstitucionalidade ...	849
Nossa posição.	851
c) Condições e requisitos para o interrogatório por videoconferência	851
9.3.1.5. Direito ao silêncio e direito de mentir	852
9.3.1.6. Interrogatório de corréu...	854
9.3.1.7. Confissão	854
9.3.1.8. Delação	856
9.3.2. Das perguntas ao ofendido	857
9.3.2.1. Depoimento Especial	858
9.3.3. Da prova testemunhal	859
9.3.4. Do reconhecimento de pessoas e coisas e da reconstituição do crime...	863
9.3.4.1. Reconhecimento de pessoa	863
9.3.4.2. Reconhecimento de coisa	864
9.3.4.3. Reconstituição do crime....	865
9.3.5. Da acareação.	865
9.3.6. Da prova documental	866
9.3.7. Da prova pericial e exame de corpo de delito...	867
a) Necropsia ou autópsia....	870
b) Exumação...	871
c) Exame de local.	871
d) Exames laboratoriais e DNA.	871
e) Lesões corporais leves e graves (exame complementar)...	872
f) Exames grafotécnicos...	873
g) Perícia sobre escalada, destruição ou rompimento de obstáculo .	873
h) Laudo de avaliação	873
i) Exames de instrumento.	873
j) Perícia para confronto de voz....	874
9.3.8. Dos indícios...	874
9.3.9. Da prova emprestada...	876
9.3.10. Interceptações telefônicas, gravações ambientais e o problema da licitude da prova	877
9.3.11. Intervenções corporais....	878
a) Busca pessoal ou "revistas" .	879
b) Exames radiológicos e ecográficos	879
c) Extração de sangue..	880
d) Ordens para desnudar, intervenções anais e vaginais...	880
e) Intervenções corporais: conclusão	880
9.4. Resumos esquemáticos....	885

10. PROCESSO PENAL CAUTELAR	893
10.1. Apontamentos sobre a Teoria Geral das Medidas Cautelares Pessoais	895
10.1.1. Interpretação prospectiva e Lei 12.403/2011..	897
10.1.2. Princípios reitores do processo penal cautelar..	898
10.1.2.1. Dignidade da pessoa humana	898
10.1.2.2. Devido processo	902
10.1.2.2.1. Devido processo legal e taxatividade das medidas cautelares..	903
10.1.2.2.2. Medidas Cautelares e Princípio da Duração Razoável do Processo..	904
10.1.2.2.3. A Presunção de Inocência como limite teleológico das medidas cautelares..	905
<i>STF: Execução provisória da pena e suas razões subjacentes</i> ..	907
<i>Habeas Corpus 118.770 do STF: Direitos Fundamentais contra Direitos Fundamentais. Mais uma violência à presunção de inocência ..</i>	911
<i>Da nova concepção sobre a execução da sentença no Tribunal do Júri trazida pela Lei 13.964/19..</i>	916
10.1.2.3. Reserva de jurisdição	917
10.1.2.4. Motivação	918
10.1.2.5. Contraditório	919
10.1.2.6. Excepcionalidade	920
10.1.2.7. Proporcionalidade..	920
10.1.2.8. Nossa posição crítica sobre os dispositivos referidos (art. 282, I e II, do CPP)	922
10.1.2.9. Provisionalidade e provisoriedade ou precariedade..	923
10.1.3. Medidas cautelares: hipóteses legais de cabimento e pressupostos fáticos...	924
10.2. Medidas cautelares em espécie.....	925
10.2.1. Da prisão processual.	925
10.2.1.1. Apontamentos sobre a teoria geral da prisão cautelar: princípios, requisitos, validade e características	926
10.2.1.1.1. Enquadramento constitucional: princípios da presunção de inocência e da proporcionalidade (princípio da vedação do excesso)	926
10.2.1.1.2. Pressupostos e fundamentos (pressupostos fáticos)	929
10.2.1.1.3. Validade..	930
10.2.1.1.4. Características.	930
10.2.1.2. As espécies de prisão processual..	931
10.2.1.2.1. Prisão em flagrante	932
<i>a) Flagrante próprio ..</i>	933
<i>b) Quase flagrante</i>	933
<i>c) Flagrante presumido</i>	934
<i>d) Flagrante em crime permanente e inviolabilidade do domicílio</i> ..	934
<i>e) Flagrante e crime habitual...</i>	936
<i>f) Flagrante preparado e flagrante esperado</i>	936
10.2.1.2.2. Auto de prisão em flagrante	937
<i>a) Das comunicações da prisão: juiz, família, Ministério Público e Defensoria Pública</i>	938
<i>b) Nota de culpa.</i>	939
<i>c) Providências do Juiz ao receber o Auto de Prisão em Flagrante art. 310 do CPP e Audiência de Custódia..</i>	939
<i>Audiência de Custódia</i>	940
<i>Previsão Legal e Natureza Jurídica ..</i>	940
<i>Nossa posição Compatibilidade entre o tratado e o CPP</i> ..	945
<i>Expressão "sem demora"</i>	946
<i>Juiz ou outra autoridade autorizada por lei a exercer funções judiciais</i>	949
<i>Consequências da não realização da audiência.</i>	952

Objetivo da audiência.....	953
Dificuldades para implementação da audiência de custódia.....	953
d) Legitimidade para requerer a conversão e impossibilidade de conversão de ofício.....	954
e) Nossa posição sobre a legitimidade para requerer a prisão preventiva ou a conversão da prisão em flagrante em preventiva.....	955
f) Crítica ao art. 310 do CPP: aparente inversão lógica das providências.....	956
10.2.1.2.3. Prisão em flagrante e não concessão de liberdade provisória na violência doméstica (Lei 13.827/2019).....	957
10.2.1.2.4. Prisão em flagrante e período eleitoral.....	958
10.2.1.3. Prisão preventiva.....	958
10.2.1.3.1. Hipóteses legais de cabimento da prisão - art. 313 do CPP.....	959
a) Prisão nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 4 (quatro) anos.....	959
b) Prisão em razão de reincidência em crime doloso.....	959
c) Prisão em decorrência de violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência.....	960
Nossa posição atual.....	961
10.2.1.3.2. § 1.º do art. 313.....	962
a) Prisão por descumprimento de outras medidas cautelares - § 1.º do art. 312 do CPP.....	963
b) Pressupostos e Fundamentos (pressupostos fáticos).....	964
10.2.1.3.3. Nossas posições críticas.....	966
a) Momento da prisão.....	966
b) Prisão ex officio pelo juiz.....	966
c) Prisão para garantia da ordem pública ou econômica: inconstitucionalidade.....	967
d) Fuga do acusado e deserção do recurso.....	968
e) Prisão preventiva e sentença penal condenatória.....	970
10.2.1.3.4. Prisão temporária.....	971
a) Doutrina tradicional.....	971
Nossa posição.....	973
b) Prisão Temporária e a Lei 12.403/2011.....	974
10.2.1.3.5. Prisão domiciliar.....	974
a) Prisão domiciliar e detração da pena.....	976
10.2.1.3.6. Outras prisões (administrativa e civil).....	976
10.2.1.3.7. Duração razoável da prisão provisória.....	977
a) Os prazos da prisão no sistema processual brasileiro.....	978
b) Uma interpretação do sistema para se fixar um prazo para a prisão provisória a partir da Lei 12.850/2013.....	980
c) Prisão em Flagrante e encerramento do Inquérito Policial - Lei 12.403/2011 - Prazo.....	985
10.2.1.3.8. A forma de contagem do prazo: sistema prazo a prazo, sistema global e sistema de fases.....	986
10.2.1.3.9. Prisão provisória: excepcionalidade e proporcionalidade.....	986
10.2.1.3.10. Progressão cautelar de regime - Lei 12.736/2012.....	987
Nossa posição.....	989
10.2.2. O sistema de liberdade no curso do processo.....	991
10.2.2.1. Liberdade plena e liberdade provisória.....	992
10.2.2.2. Liberdade provisória: espécies.....	998
10.2.2.3. Liberdade provisória e vedações legais (inconstitucionais).....	999
10.2.2.4. Liberdade provisória e inafiançabilidade.....	1000
10.2.3. Medidas cautelares diversas da prisão.....	1001

10.2.3.1. Comparecimento periódico em juízo, no prazo e nas condições fixadas pelo juiz, para informar e justificar atividades	1003
10.2.3.2. Proibição de acesso ou frequência a determinados lugares quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o indiciado ou acusado permanecer distante desses locais para evitar o risco de novas infrações	1004
10.2.3.3. Proibição de manter contato com pessoa determinada quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o indiciado ou acusado dela permanecer distante	1004
10.2.3.4. Proibição de ausentar-se da comarca quando a permanência seja conveniente ou necessária para a investigação ou instrução e proibição de ausentar-se do país	1006
10.2.3.5. Recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga quando o investigado ou acusado tenha residência e trabalho fixos	1007
10.2.3.6. Suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira quando houver justo receio de sua utilização para a prática de infrações penais	1007
10.2.3.7. Internação provisória do acusado nas hipóteses de crimes praticados com violência ou grave ameaça, quando os peritos concluírem ser imputável ou semi-imputável e houver risco de reiteração	1009
10.2.3.8. Fiança	1010
10.2.3.8.1. Valor da fiança	1012
10.2.3.8.2. Recusa e retardamento da fiança	1012
10.2.3.8.3. Destino do valor da fiança	1013
10.2.3.8.3.1. Fiança e hipossuficiência econômica	1013
10.2.3.8.4. Fiança e autoridade policial	1014
10.2.3.9. Monitoração eletrônica: do PL 156/2009 à LEP e à Lei 12.403/2011	1014
10.2.3.9.1. Monitoramento eletrônico: compatibilidade sistêmica e risco cultural	1016
10.2.3.10. Medidas cautelares diversas da prisão e detração da pena	1018
10.3. Medidas cautelares reais e probatórias	1019
10.3.1. Medidas assecuratórias	1019
10.3.1.1. Do sequestro	1020
10.3.1.2. Da hipoteca legal	1021
10.3.1.3. Do arresto	1022
10.3.2. Medidas cautelares probatórias (ou meios de obtenção de prova)	1022
10.3.2.1. Busca e apreensão	1023
10.3.2.1.1. Da busca domiciliar	1025
<i>Nossa posição</i>	1027
10.3.2.1.2. Encontros fortuitos	1027
10.3.2.1.3. Escritórios de advocacia	1028
10.3.2.1.4. Busca pessoal	1028
a) <i>Busca pessoal ou "revistas": distinção e enquadramento do tema</i>	1028
b) <i>Buscas pessoais como meio de obtenção de prova e o nemo tenetur se detegere</i>	1031
10.3.2.2. O regime da interceptação na Constituição de 1988	1032
<i>Nossa posição</i>	1033
10.3.2.2.1. O regime infraconstitucional das interceptações: Lei 9.296/1996	1034
10.3.2.2.2. Requisitos legais para a interceptação telefônica	1035
10.3.2.2.3. Definição do objeto da investigação: limites subjetivos e objetivos e encontros fortuitos	1036
10.3.2.2.4. A controvérsia doutrinária sobre a constitucionalidade do parágrafo único do art. 1.º da Lei 9.296/1996	1037
10.3.2.2.5. Interceptação e prova emprestada	1038
10.3.2.2.6. Gravação de conversa do investigado com advogado e familiares	1040
<i>Nossa posição</i>	1041
10.3.2.2.7. Procedimento de interceptação	1041

10.3.2.2.8. Do prazo da interceptação.....	1042
10.3.2.2.9. Processamento em apartado e apensamento.....	1043
10.3.2.3. Quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico.....	1044
10.3.2.4. Captações e interceptações ambientais; infiltração de agentes e ação controlada.....	1046
<i>Captação e interceptação ambiental</i>	1047
<i>Infiltração de agentes</i>	1048
<i>Infiltração virtual</i>	1050
<i>Ação controlada</i>	1052
10.3.2.5. Do acesso a registros, dados cadastrais, documentos e informações - Natureza não cautelar.....	1053
10.4. Resumos esquemáticos.....	1056
11. SENTENÇA	1059
11.1. Conceito e classificação.....	1059
11.2. Requisitos formais da sentença.....	1061
11.3. Da sentença absolutória, seus efeitos e providências.....	1062
11.4. Sentença condenatória, limites, efeitos e providências.....	1064
11.4.1. Limites: impossibilidade de condenação diante de pedido de absolvição do Ministério Público. Releitura do art. 385 do CPP.....	1065
<i>Nossa posição</i>	1066
11.4.2. Efeitos e providências.....	1067
11.5. Publicação e intimação da sentença.....	1068
11.5.1. Intimação da sentença.....	1069
<i>Nossa posição</i>	1071
11.6. Resumos esquemáticos.....	1071
12. COISA JULGADA	1075
12.1. Conceito, natureza jurídica e classificação.....	1075
12.2. Coisa julgada e revisão criminal.....	1076
12.3. Limites objetivos e subjetivos da coisa julgada.....	1077
12.4. Limites objetivos da coisa julgada no concurso formal, nos crimes continuados e nos crimes habituais e permanentes.....	1078
12.4.1. Concurso formal.....	1078
12.4.2. Crime continuado.....	1079
12.4.3. Crimes habituais e permanentes.....	1081
12.5. Eficácia preclusiva da coisa julgada.....	1082
12.6. Resumos esquemáticos.....	1082
13. DAS NULIDADES	1085
13.1. Defeitos dos atos processuais (inexistência, irregularidade e nulidade).....	1085
13.2. Nulidade absoluta e nulidade relativa.....	1086
13.3. Efeitos da nulidade.....	1088
13.4. Prevalência das impeditivas.....	1089
13.5. Nulidades sanáveis e insanáveis.....	1090
13.6. Resumos esquemáticos.....	1090
14. RECURSOS NO PROCESSO PENAL E AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO	1093

14.1. Princípio do duplo grau de jurisdição	1093
<i>Nossa posição</i>	1094
14.2. Limite do duplo grau de jurisdição	1095
14.3. Teoria Geral dos Recursos	1096
14.3.1. Recursos e ações autônomas de impugnação	1096
14.3.2. Conceito, natureza jurídica e características dos recursos	1096
14.3.3. Classificação	1097
14.4. Princípios gerais dos recursos	1098
14.4.1. Taxatividade	1098
14.4.2. Unirrecorribilidade/Unicidade - Art. 593, § 4.º, do CPP	1098
14.4.3. Variabilidade ou suplementação dos recursos?	1098
14.4.4. Complementaridade dos recursos	1099
14.4.5. Conversão	1099
14.4.6. Fungibilidade dos recursos (art. 579 do CPP)	1099
14.4.7. Voluntariedade	1100
14.4.8. Dialecticidade	1100
14.4.9. Disponibilidade dos recursos	1100
14.4.10. Irrecorribilidade das decisões interlocutórias	1101
14.4.11. Personalidade dos recursos	1101
a) <i>Proibição de reformatio in pejus(reforma para pior)</i>	1101
b) <i>Admissão da reformatio in mellius e sua controvérsia</i>	1102
c) <i>Reformatio in pejus indireta</i>	1102
14.5. Efeitos dos recursos	1103
14.5.1. Devolutivo	1103
14.5.2. Suspensivo (suspensão dos efeitos da decisão)	1104
14.5.3. Extensivo	1104
14.5.4. Iterativo	1104
14.6. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito	1104
14.6.1. Juízo de admissibilidade - Prelibação	1104
14.6.2. Juízo de mérito ou libação	1105
14.6.3. Requisitos de admissibilidade - Condições de admissibilidade e pressupostos recursais	1105
14.6.3.1. Condições recursais	1106
a) <i>Legitimidade</i>	1106
b) <i>Interesse em recorrer</i>	1106
c) <i>Possibilidade jurídica do pedido (cabimento)</i>	1107
14.6.3.2. Pressupostos recursais	1107
a) <i>Órgão constitucional competente</i>	1107
b) <i>Capacidade</i>	1107
c) <i>Regularidade na interposição do recurso</i>	1108
d) <i>Tempestividade</i>	1108
e) <i>Preparo</i>	1109
f) <i>Inexistência de fatos extintivos ou impeditivos</i>	1109
f.1) <i>Fatos extintivos</i>	1109
f.2) <i>Fatos impeditivos</i>	1109
14.7. Dos recursos em espécie	1110
14.7.1. Recurso em sentido estrito (art. 581 do CPP)	1110
14.7.1.1. Conceito e denominação	1110
14.7.1.2. Rol taxativo	1110
14.7.1.3. Hipóteses legais	1111

14.7.1.4. Competência para julgamento	1114
14.7.1.5. Efeitos	1114
14.7.1.6. Procedimento e processamento.....	1115
14.7.2. Apelação	1115
14.7.2.1. Conceito	1115
14.7.2.2. Espécies.....	1115
14.7.2.3. Condições recursais.....	1116
a) Possibilidade jurídica - cabimento	1116
a.1) Apelação contra decisões do juiz singular (art. 593, I e II, do CPP).....	1116
a.2) Sentenças no procedimento do júri (art. 416 e art. 593, III, do CPP):	1117
Sentença de impronúncia e absolvição sumária do réu - Art. 416 do CPP.....	1117
Nulidade posterior à pronúncia (art. 593, III, a)	1117
Decisão do juiz presidente contrária à lei expressa ou à decisão dos jurados (art. 593, III, b)	1117
Erro ou injustiça no tocante à aplicação da pena ou da medida de segurança (art. 593, III, c)	1117
Decisão dos jurados manifestamente contrária à prova dos autos (art. 593, III, d)	1118
b) Legitimidade para apelar.....	1119
Ministério Público	1119
Acusado e seu defensor.....	1120
Ofendido	1120
Interesse em apelar.....	1120
14.7.2.4. Apelação e prisão cautelar.....	1121
14.7.2.5. Procedimento da apelação.....	1121
14.7.2.6. Efeitos	1122
Suspensivo	1122
Extensivo.....	1122
14.7.3. Embargos declaratórios e pedido de declaração de sentença	1123
14.7.3.1. Procedimento dos embargos declaratórios	1123
14.7.3.2. Julgamento dos embargos declaratórios.....	1125
14.7.4. Embargos infringentes e de nulidade (art. 609 do CPP).....	1126
Embargos Infringentes e Ação Penal Originária no STF.....	1127
Aspectos Gerais do Recurso.	1128
14.7.5. Agravos.....	1128
14.7.6. Carta testemunhável	1129
14.7.7. Correição parcial.....	1129
14.7.8. Recurso extraordinário e recurso especial.....	1130
14.7.8.1. Legitimidade e interesse	1132
14.7.8.2. Procedimento	1132
14.7.8.3. Agravo contra denegação do recurso extraordinário e do recurso especial.....	1133
14.7.8.4. Efeitos	1134
14.7.9. Recurso ordinário constitucional	1135
14.7.10. Embargos de divergência	1136
14.8. Ações autônomas de impugnação.....	1137
14.8.1. Revisão criminal.....	1137
14.8.1.1. Conceito e natureza jurídica	1137
14.8.1.2. Fundamentos para a revisão criminal	1138
14.8.1.3. Condições da ação	1139
14.8.1.4. Reiteração de pedido	1140
14.8.1.5. Revisão criminal e soberania dos veredictos	1140
14.8.1.6. Capacidade postulatória - Necessidade de prisão - Prazo para o exercício	1140
14.8.1.7. Competência.....	1141

14.8.1.8. Procedimento	1141
<i>Ônus da prova</i>	1142
14.8.1.9. Antecipação de tutela (liminar)	1142
14.8.1.10. Sentença, recursos e coisa julgada	1143
14.8.2. <i>Habeas Corpus</i>	1143
14.8.2.1. Origem e natureza jurídica	1143
14.8.2.2. Espécie de <i>Habeas Corpus</i> : liberatório e preventivo	1144
14.8.2.3. Condições da ação	1144
<i>Pressupostos processuais</i>	1146
14.8.2.4. Competência	1146
14.8.2.5. Procedimento	1147
14.8.2.6. Sentença e coisa julgada	1149
14.8.2.7. Alguns aspectos controvertidos em torno do <i>Habeas Corpus</i>	1149
<i>Habeas Corpus ex officio e súmula 691 do STF. Anotações críticas.</i>	1149
<i>Habeas Corpus substitutivo de recurso.</i>	1154
14.9. Resumos esquemáticos	1154
15. EXECUÇÃO PENAL	1159
15.1. Considerações iniciais	1159
15.2. Princípios constitucionais incidentes sobre a execução penal	1160
15.3. Dos órgãos da execução penal	1161
15.4. Dos estabelecimentos penais	1162
15.5. Do condenado	1163
15.5.1. Da classificação dos condenados	1163
<i>Nossa posição</i>	1164
15.6. Da assistência	1165
15.7. Do trabalho, do estudo e da remição	1165
15.7.1. Remição pelo estudo, pela leitura e a jurisprudência do STJ	1166
15.8. Dos direitos e deveres do condenado	1169
15.9. Da disciplina e das infrações administrativas e suas respectivas sanções	1169
15.9.1. RDD – Regime Disciplinar Diferenciado	1170
<i>Nossa posição</i>	1172
15.10. Da competência executória	1172
15.11. Do processo executório	1173
15.11.1. Da execução provisória da pena	1174
<i>Execução Provisória da Pena: A nova orientação do STF.</i>	1176
<i>Execução Provisória e Condenação Pelo Júri: Crítica ao STF.</i>	1177
15.11.2. Execução das penas em espécie	1178
15.11.2.1. Da execução das penas privativas de liberdade	1178
15.11.2.2. Monitoramento eletrônico	1179
15.12. Do procedimento	1180
15.13. Da dinâmica da execução	1181
15.14. Resumos esquemáticos	1183